



DOI: 10.22481/recuesb.v10i18.11793

Resenha

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?

Lara Lorraine da Silva Matos¹

Thaíssa de Jesus Bastos²

Tiane de Jesus Silva³

Maria de Cássia Passos Brandão Gonçalves⁴

Socorro Aparecida Cabral Pereira⁵

¹ Estudante do VI semestre do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié; Bolsista do Projeto de Extensão *App learning*: aprendizagem com mobilidade, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Paulo Freire (NEPAF) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Jequié, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8276-4519> E-mail: 201911568@uesb.edu.br

² Estudante do VI semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié; Bolsista do Projeto de Extensão *App learning*: aprendizagem com mobilidade, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Paulo Freire (NEPAF) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Jequié, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4833-5040> E-mail: 201911593@uesb.edu.br

³ Estudante do VI semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié; Bolsista do Projeto de Extensão *App learning*: aprendizagem com mobilidade, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Paulo Freire (NEPAF) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Jequié, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9405-3124> E-mail: 201911323@uesb.edu.br

⁴ Pedagoga. Doutora em Educação, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1624-2322> E-mail: cassia.brandao@uesb.edu.br

⁵ Pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0854-729X> E-mail: socorro.cabral@uesb.edu.br

A obra intitulada *Extensão ou comunicação?*, publicada no ano de 1983, tem por autoria o Patrono da Educação Brasileira, o educador político Paulo Freire (1921-1997), um dos pensadores mais importantes da pedagogia e defensor de uma educação humanista-libertadora. Freire formou-se em Direito, pela Universidade do Recife, em 1943, contudo sua atuação na área ocorreu de forma breve, já que optou por trabalhar com a docência, dedicando-se integralmente à defesa de uma educação humanista, política e libertadora. É com Paulo Freire, no início da década de 1960, frente ao Serviço de Extensão Cultural, criado por ele na Universidade de Recife, que a extensão universitária ganha corpo enquanto ações de compromisso com as classes populares. Dentre os trabalhos realizados nesse período, destaca-se o desenvolvimento e a sistematização científica do seu “Método de Alfabetização” com vistas à transformação social.

Na obra *Extensão ou comunicação?*, Freire reflete sobre o papel educativo da extensão, a partir da problematização acerca do trabalho “extensionista” do agrônomo-educador junto aos camponeses no processo de desenvolvimento da Reforma Agrária. Fundamentado nos princípios de uma educação compreendida como um ato de “humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo” (p. 7), o autor problematiza a relação do agrônomo-educador com os camponeses e mostra a pobreza e as limitações da extensão universitária quando concebida numa perspectiva assistencialista, de invasão cultural, haja vista transformar o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação.

O livro está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, o autor faz uma análise semântica do termo extensão e demonstra que em sua origem a palavra “extensão” conduz a um equívoco gnosiológico, uma vez que se refere à ação de estender algo a alguém. Desse ponto de vista, a ação extensionista universitária, ao invés de problematizar a situação concreta, objetiva, real para que as pessoas possam captá-las criticamente e atuar criticamente sobre elas, limita-se a estender os conhecimentos e as técnicas daqueles que têm àqueles que não têm. Traz implícita a conotação mecanicista de transmitir, levar, depositar, prescrever, persuadir, depositar algo em alguém. Ações extensionistas universitárias desta natureza transformam a pessoa em um objeto que recebe dócil e passivamente os conteúdos e as técnicas que o outro



lhe dá ou lhe impõe por julgá-las superiores; concebem o conhecimento como algo estático, prescrito, passível de ser depositado, ao invés de algo que exige uma presença curiosa do homem em face do mundo; tentam sobrepor uma forma de pensar crítica a outro modo de pensar ligado a outra linguagem, a outra estrutura e a outra forma de atuar e, ainda, não veem a realidade como totalidade, buscando compreender as questões histórico-culturais que estão envolvidas.

No segundo capítulo, o autor mostra que a teoria implícita na extensão universitária, compreendida enquanto ação de estender algo a alguém, é uma teoria antidialógica, logo é incompatível com uma educação humanista-libertadora. Este caráter antidialógico pode ser depreendido do equívoco gnosiológico apresentado no primeiro capítulo, contudo sua maior característica, de acordo com Freire, é a invasão cultural. A expressão “invasor”, utilizada pelo autor para se referir ao “educador-extensionista”, explica a forma como este, partindo do seu espaço histórico-cultural, da sua visão de mundo, penetra outros espaços histórico-culturais e impõe o seu sistema de valores, reduzindo as pessoas a meros objetos de sua ação. Em tais condições, as relações que se estabelecem entre invasor e invadidos são relações autoritárias que visam à conquista e à manipulação, uma vez que:

O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são “pensados” por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição. (p. 27)

Nesta perspectiva, a extensão universitária toma um caminho contrário a uma educação humanista-libertadora, já que tanto a transmissão vertical do conhecimento como a manipulação não se constituem como instrumentos para educar, libertar e transformar, mas sim para domesticar. O silenciamento das pessoas através da imposição de um conhecimento verticalizado, ignora que o homem é “um ser que trabalha, que tem um pensamento-linguagem, que atua e é capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a sua própria atividade” (p.25). Além disso, desconsidera o homem como um ser de práxis, como um ser que conhece, ainda que o seu conhecimento se apresente em nível da “doxa” (da opinião, da percepção ingênua das coisas) e não do “logos” (verdadeiro saber). Na teoria antidialógica, o homem é concebido como



um ser que precisa se adaptar aos contextos e não como sujeito capaz de tomar as decisões necessárias para a transformação do seu entorno.

Contrapondo a teoria antidialógica, Freire afirma que não há outro caminho para uma educação humanista-libertadora senão a dialogicidade. O diálogo, segundo este autor, é a forma mais potente de humanizar o mundo, pois esse não invade, não manipula, não oprime as formas de agir e pensar. “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (p. 28). O que se pretende com o diálogo é:

[...] em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. Se 4×4 são 16, e isto só é verdadeiro num sistema decimal, não há de ser por isto que o educando deve simplesmente memorizar que são 16. É necessário que se problematize a objetividade desta verdade em um sistema decimal. [...] Uma coisa é 4×4 na tabuada que deve ser memorizada; outra coisa é 4×4 traduzidos na experiência concreta: fazer quatro tijolos quatro vezes. Em lugar da memorização mecânica de 4×4 , impõe-se descobrir sua relação com um *quefazer* humano. (p. 34, grifo nosso)

Nesse sentido, a extensão universitária enquanto um que “quefazer” educativo é diferente da extensão universitária como um “quefazer” assistencialista e domesticador. Enquanto esta ocorre por meio da transmissão vertical do conhecimento e da manipulação, a primeira se materializa por meio da problematização e da reflexão que o educador-extensionista e os educandos fazem sobre si mesmo, sobre a realidade e sobre o conhecimento que está sendo ensinado e aprendido, independentemente de sua natureza ser: conceitual, factual, procedimental ou atitudinal.

No terceiro e último capítulo, o autor sustenta a sua tese de extensão enquanto um “quefazer” educativo dialógico, a partir do conceito de comunicação. A comunicação, explica Freire, assim como o ato de conhecer se dá no encontro de pessoas sobre algo que os mediatiza, que se oferece a elas como objeto cognoscível, podendo ser um fato, uma situação concreta ou até mesmo um conteúdo referente a uma disciplina. O objeto cognoscível é o mediador das



peçoas, o conteúdo da comunicação, é em torno dele que as peçoas dialogam em busca de sua compreensão, da significação dos significados. É somente por meio do diálogo, de um diálogo-problematizador, por exemplo, quando o agrônomo-educador é capaz de diminuir a distância entre a sua linguagem técnica, acadêmica e a percepção dos camponeses em torno de um determinado significado, que a comunicação e a aprendizagem podem se efetivar. “Enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado à qual um deles já chegou e que, não obstante, não foi apreendida pelo outro na expressão do primeiro” (p. 46).

Desse ponto vista, a comunicação não pode ser confundida com comunicados, assim como o “quefazer” educativo não pode ser visto como transferência ou transmissão de conhecimento de um sujeito a outro. Se assim for, transformamos o outro em pacientes do nosso conhecimento e impedimos de “pensar certo”, pensar de forma crítica e esperançosa diante das condições históricas que lhes desumanizam. Para Freire, qualquer ação extensionista, deve ter como objetivo fundamental possibilitar que os sujeitos aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão inseridos, através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens. O aprofundamento da tomada de consciência do homem acerca da posição que ocupa no seu aqui e agora, resulta e, ao mesmo tempo, produz o descobrir-se em uma totalidade, em uma estrutura e não “preso” ou “aderido” a ela ou às partes que a constituem.

A problematização se apresenta em toda a sua obra como o elemento fundante de uma educação humanista-libertadora, uma vez que é inseparável do ato cognoscente e entendida como a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, uma determinada situação que se busca conhecer de forma mais aprofundada. Problematizar é assumir uma postura cognoscente frente aos conteúdos e a realidade, colocando-os como um problema a ser “admirado” criticamente, numa operação totalizada, de modo que cada passo dado por uma das peçoas, novos caminhos de compreensão acerca do conteúdo e da realidade se abrem para as demais. Pautado nesta compreensão do “quefazer” educativo, Freire defende a “dodiscência”, uma vez que no processo da problematização, educador e educando, com-intencionados em relação ao objeto, assumem a postura de sujeitos cognoscentes e vão penetrando nele, em busca de sua “razão”.



Nesse processo de problematização, o educador ao “re-ad-mirar” o objeto problematizado através da “ad-miração” dos educandos continua aprendendo. Desse modo, somente os educadores que não são capazes de assumir a postura cognoscente diante de objetos cognoscíveis rejeitam o “quefazer” educativo dialógico e a “dodiscência”, haja vista permanecerem “no domínio da “doxa”, fora do qual são meros repetidores de textos lidos e não sabidos ou mal sabidos” (p. 54).

Freire transpõe a noção de extensão universitária e de aula no sentido assistencialista e tradicional de transmissão do saber, de conhecimentos técnicos e de valores de uma cultura. Para este autor, a extensão universitária e a aula se constituem como um espaço de encontro de pessoas na busca do conhecimento. Nesse sentido, o papel do educador e do educador-extensionista “é o de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não o de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado” (p. 56). As ideias, conceitos e críticas tecidas nesta obra “Extensão ou comunicação?”, portanto, são consideradas pertinentes para todos/as aqueles/as que atuam na educação independentemente do nível (educação superior ou educação básica) e modalidade (ensino, pesquisa ou extensão), sendo uma leitura obrigatória para os/as professores/as universitários/as que atuam ou vão atuar na extensão universitária.

Recebido: 6.7.2022

Aceito: 8.8.2022



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



v. 10, n. 18, p. 106-111, jul./dez. 2022. DOI: 10.22481/recuesb.v10i18.11793